

## CONGRESSO

Pacheco anuncia que haverá leitura do requerimento, mas apuração sobre as denúncias de corrupção na pasta será adiada. Oposição ameaça recorrer ao STF

# Governo consegue frear a CPI do MEC

» CRISTIANE NOBERTO

Em vitória do governo, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção no Ministério da Educação ficará para depois das eleições gerais. A decisão ocorreu em uma reunião entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e líderes partidários. A oposição, no entanto, articula acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que as apurações comecem antes de outubro.

Na manhã de ontem, após a intensa articulação do governo para barrar a criação do colegiado, Pacheco afirmou que serão lidos, entre hoje e amanhã, os requerimentos de três CPIs: a do MEC, a de obras paradas e a do crime organizado.

“O papel da presidência será cumprido com a leitura dos requerimentos. Os blocos e partidos políticos serão instados, através dos seus líderes, a fazer as indicações dos membros, mas há um acordo de maioria de líderes de que a instalação a partir da indicação desses membros se dará no momento oportuno”, ressaltou, após o encontro.

Conforme Pacheco, a maioria dos líderes decidiu que a instalação deve ficar para **depois das eleições**. “A ampla maioria dos líderes entende que a instalação de todas elas deve acontecer após o período eleitoral, permitindo-se a participação de todos os senadores e evitando-se a contaminação das investigações pelo processo eleitoral”, escreveu nas redes sociais.

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse, porém, que recorrerá ao Supremo caso o requerimento de abertura da CPI não seja lido até amanhã. “Se os líderes partidários não fizerem indicação, nós iremos ao STF para que a Constituição Federal seja cumprida”, postou no Twitter.

Apesar da declaração de Randolfe, o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), destacou que ainda está indefinido se haverá encaminhamento à Corte, como aconteceu na CPI da Covid. “Vamos aguardar

Jefferson Rudy/Agência Senado



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou a decisão após reunião com líderes partidários

## Virada

O escândalo do MEC atinge a campanha do presidente Jair Bolsonaro à reeleição e, por isso, o governo entrou em campo. O Palácio do Planalto sofreu um revés na articulação para impedir que a oposição conseguisse as assinaturas necessárias para abrir a CPI, mas virou o jogo ontem. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse que as legendas indicarão os integrantes do colegiado somente após a eleição. O senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) ajudou a convencer os pares a segurar a CPI.

a indicação dos blocos dos partidos, dos membros, dos titulares e suplentes de cada uma das CPIs. Isso vai definir se a CPI se instala e quando se instala. Se houver quórum, a CPI se instala automaticamente”, afirmou ao **Correio**.

Vale lembrar que, este ano, um terço das cadeiras no Senado será renovado. De acordo com o líder do governo na Casa, Carlos Portinho (PL-RJ), a avaliação é

de que a maioria dos partidos, entre governistas e de oposição, tem candidatos concorrendo a cargos eletivos, inclusive à presidência da República.

“A maioria (dos senadores da base) não se importa com a leitura (do requerimento da CPI), mas a instalação fica para depois das eleições. Há até um vício de representação evidente, na medida em que um terço dos senadores deixa a Casa para concorrer aos próprios mandatos. Dos outros dois terços que ficam, a grande maioria concorre a governo (local)”, destacou. “Os que não concorrem, que são poucos, não são suficientes para compor todas as cinco CPIs. E, certamente, estão envolvidos com as eleições nos seus estados.”

## Respeito

Na avaliação do líder do Podemos no Senado, Alvaro Dias (PR), adiar a instalação da CPI “é uma atitude de respeito à sociedade” e, neste momento, a comissão desgastaria a imagem da Casa. “O palanque armado no Senado federal desgasta a instituição. Nós teremos (após as eleições) outro



**Empurrar a instalação da CPI do MEC para após as eleições é o mesmo que não apurar. (...) A eleição não é desculpa”**

**Simone Tebet (MS)**, senadora e pré-candidata do MDB à Presidência

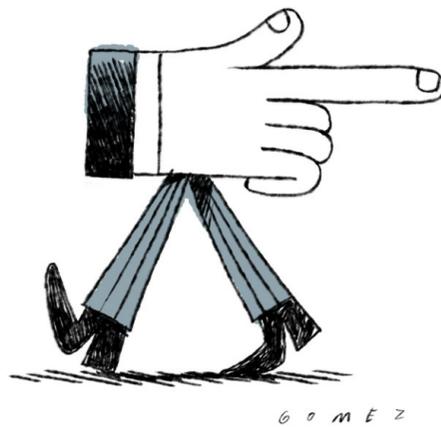
ambiente de eficiência e eficácia para apresentar resultados. De nada adianta uma CPI que tumultua e não apresenta resultados concretos”, argumentou. “É preciso ter essa visão. Eu entendo que respeitar a instituição e preservá-la é papel nosso. Não podemos banalizar a CPI para promover apenas um debate eleitoral. Entender que a CPI é um instrumento fundamental desse processo de fiscalização do Poder Executivo, então, vamos com calma.”

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## PEC da eleição é um retrocesso civilizatório

Para o historiador Niall Ferguson, autor de *Civilização, Ocidente versus Oriente* (Editora Crítica), a chave do sucesso do modelo anglo-americano de sociedade está sintetizada num discurso de Winston Churchill, de 1938, no qual ele disse que a diferença entre Ocidente e Oriente estava baseada na opinião dos civis. “Significa que a violência, o governo de guerreiros e líderes despóticos, as situações de campo de concentração e guerra, de baderna e tirania, dão lugar a parlamentos, onde são criadas as leis, e a cortes de Justiça independente, onde essas leis são mantidas por longos períodos.”

“Isso é Civilização — e em seu solo crescem continuamente a liberdade, o conforto e a cultura”, complementou, para arrematar: “Quando a civilização reina em um país, uma vida mais ampla e menos penosa é concedida às massas. As tradições do passado são valorizadas e a herança deixada a nós por homens sábios e valentes se torna um estado rito a ser desfrutado e usado por todos. O princípio central da Civilização é a subordinação da classe dominante aos costumes do povo e à sua vontade, tal como expresso na Constituição (...)”.

São considerações de ordem conservadora e inspiradas no esplendor do Império Britânico, de parte de um político aristocrático que já assistira ao colapso do colonialismo, a partir da I Guerra Mundial, e estava diante do ameaçador domínio continental da Alemanha nazista. Ferguson cita o primeiro-ministro britânico que confrontou Hitler no capítulo de seu livro que trata da questão da propriedade. O historiador busca uma explicação para o fato de que a visão de Churchill não criou as mesmas raízes ao sul do Rio Grande, ou seja, na América Ibérica, uma história que começa com dois navios: um em 1532, com 200 guerreiros que desembarcaram ao norte do Equador para conquistar o Império Inca; e outro, 138 anos depois, numa ilha da Carolina do Sul, desembarcando servos por contratos em busca de um mundo melhor a partir do próprio trabalho.

Hoje, a civilização anglo-americana, hegemônica no Ocidente, está sendo reafirmada na Guerra da Ucrânia, na qual os Estados Unidos e a Inglaterra, aliados ao primeiro ministro Volodymyr Zelensky, por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mesmo estando fora da União Europeia, dão as cartas no Velho Continente. Desbancam a Alemanha e a França, encurralam a Rússia contra os Urais e constroem novos obstáculos à Nova Rota da Seda da China. No seu livro, otimista, para Ferguson, o Brasil seria o país da América Latina que mais estaria reduzindo sua distância em relação aos padrões anglo-americanos. Será?

Enquanto o Chile acaba de concluir uma nova Constituição, que vai substituir aquela que o país herdou do ditador Augusto Pinochet, mas ainda precisa ser referenciada por um plebiscito, o Congresso brasileiro escala uma bagunça institucional. Uma emenda à Constituição já aprovada pelo Senado, o nosso templo da conciliação, com um único voto contrário, do senador José Serra (PSDB-SP), agora engorda os seus jabutis na Câmara, que serão embarcados na legislação tributária, no pacto federativo, na política de preços da Petrobras, e implodirão o equilíbrio fiscal, a estabilidade da moeda e a paridade de armas da legislação eleitoral.

## PEC da eleição

O relator na Câmara da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que concede uma série de benefícios sociais em ano eleitoral, deputado Danilo Forte (União-CE), manterá o texto aprovado no Senado, com o propósito de agilizar sua aprovação. A três meses das eleições, a PEC tem por objetivo garantir a recondução do presidente Jair Bolsonaro, com medidas de caráter populista, que não poderiam ser aprovadas a menos de 100 dias das eleições. Para isso, porém, deve recorrer à legislação do estado de emergência, a pretextos da guerra da Ucrânia, a nova desculpa para os fracassos governamentais.

Sim, talvez a eleição presidencial esteja sendo decidida nesta semana, com as seguintes medidas: ampliação do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 mensais, com inclusão de mais 1,6 milhão de novas famílias no programa (R\$ 26 bilhões); criação de um voucher de R\$ 1 mil para caminhoneiros (R\$ 5,4 bilhões); ampliação do vale-gás de R\$ 53 para R\$ 112,60 (R\$ 1,05 bilhão); compensação aos estados para transporte público de idosos (R\$ 2,5 bilhões); benefícios para taxistas (R\$ 2 bilhões); repasse de R\$ 500 milhões ao programa Alimenta Brasil, para compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e distribuição a famílias em insegurança alimentar; e repasse de até R\$ 3,8 bilhões, por meio de créditos tributários, para a manutenção da competitividade dos produtores do etanol sobre a gasolina.

Há um estranho e perverso pacto entre Bolsonaro, o Centrao e a oposição. O Congresso contrapõe aos arroubos autoritários do presidente da República um regime de partidocracia, institucionalmente macabro, que obstrui a renovação política. No curto prazo, será grande estelionato eleitoral: as medidas vigorarão até 31 de dezembro. Depois, quem for o eleito, decidirá como pôr a economia de volta aos trilhos da responsabilidade fiscal e do crescimento sustentável.

Para o Palácio do Planalto e seus aliados governistas, a reeleição de Bolsonaro depende do sucesso dessas medidas. Favorito nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva aposta no seu fracasso, mas as apoia. Teme repetir o erro do Plano Real, contra o qual se opôs no governo Itamar Franco, em 1994, enquanto Fernando Henrique Cardoso pavimentava seu acesso ao Palácio do Planalto com a nova moeda. No longo prazo, o retrocesso da nossa ordem econômica será uma tragédia anunciada. A estabilidade institucional das economias é uma das chaves do desenvolvimento e do processo civilizatório no mundo globalizado.

## Mantido recurso de R\$ 6,9 bi à cultura

» TAÍSA MEDEIROS

O Congresso Nacional derrubou, ontem, os vetos do presidente Jair Bolsonaro à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, também conhecida como Lei Aldir Blanc 2, e ao projeto da Lei Paulo Gustavo (PLP 73/21). A votação em plenário foi acompanhada por representantes da classe artística, que vieram a Brasília para pressionar os parlamentares pela **derrubada**. A audiência nas galerias comemorou o resultado. As propostas vão agora à promulgação pelo chefe do Executivo.

Ao todo, foram 14 vetos derrubados na sessão. Na votação da Lei Aldir Blanc, 414 deputados votaram para invalidar o veto e 39 pela manutenção. Já no caso dos senadores, foram 69 votos a zero contra o veto. Em relação à Lei Paulo Gustavo, foram 66 a zero entre os senadores, e de 356 a 36 entre os deputados.

O acordo para a derrubada em ambas as propostas foi possível após longas negociações entre líderes e membros da equipe econômica do governo. Durante a votação em plenário, diante de divergências, os acertos foram questionados, mas a discussão nos bastidores não afetou a invalidação dos vetos.

“Fica para a história deste país, onde nossos nomes, ao tempo, serão esquecidos, mas onde a política de cultura chegará aos milhares

de municípios brasileiros”, disse o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (PL-TO).

Aprovada em março deste ano, a Lei Aldir Blanc 2 prevê um repasse anual de R\$ 3 bilhões aos estados e municípios, com previsão de cinco anos. O destino são as atividades culturais. A proposta é de autoria da Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Já a Lei Paulo Gustavo é de autoria do senador Paulo Rocha (PT-PA). Trata-se de um socorro emergencial, aprovado na mesma época pelos parlamentares, com o repasse de R\$ 3,86 bilhões a estados e municípios para mitigar efeitos da pandemia sobre o setor cultural.

“A cultura é isso, é a expressão da luta de um povo. A melhor forma que aprendi aqui, de fazer lei, é no processo democrático que o Parlamento faz, principalmente com a participação popular, e daqueles que têm interesse na lei”, frisou o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA). “Por isso, é fundamental a gente parabenizar a participação dos fazedores da cultura e recebê-los bem, como recebemos hoje (ontem).”

Para a derrubada de um veto são necessários os votos contrários de 257 deputados e de 41 senadores, no mínimo. A votação foi realizada em blocos de vetos presidenciais, conforme a organização alinhada na reunião de líderes.

Divulgação



A Lei Paulo Gustavo é homenagem ao humorista, que morreu em 2021

## Argumento

Ao vetar as leis, o presidente Jair Bolsonaro argumentou que as medidas tinham vício de inconstitucionalidade e contrariavam o interesse público, por não atender a disposições da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.